

JUCESP
22 12 14

JUCESP PROTOCOLO
2.212.333/14-6

also da Oliveira
legal

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, companhia aberta com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior, Parte A, Alphaville, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 47.193.149/0001-06, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.014.529, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"), e

como agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte"),

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de novembro de 2014 ("RCA"), na qual foi aprovada a presente Emissão e a Oferta (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



JUCESP
22 12 14
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA

2.1.1. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, da 2ª (segunda) emissão da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Debêntures") serão objeto de distribuição pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Oferta", respectivamente), nos termos: (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"); e (iv) demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. A Oferta será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 19 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor.

2.2. Registro na JUCESP e Publicação da Ata de RCA

2.2.1. A ata da RCA será publicada no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo e arquivada na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos posteriores serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão, devidamente registrada na JUCESP, tempestivamente após a data do referido registro.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



DUCE SP
22 12 14

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às sociedades de arrendamento mercantil pelas disposições legais e regulamentares, nos termos de seu Estatuto Social.

3.2. Emissão e Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 100.000.000 (cem milhões) de Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos captados por meio da Oferta serão integralmente aplicados pela Emissora no mercado financeiro e de capitais, em ativos de sua escolha, observado que, na análise de suas diversas aplicações, a Emissora deverá avaliar a diferença necessária para garantir que a rentabilidade de sua carteira de ativos seja suficiente para fazer frente aos pagamentos de suas dívidas, incluindo as Debêntures.

3.5.2. A Emissora deve buscar aplicar os recursos em ativos que proporcionem remuneração equivalente ou próxima a 100% (cem por cento) da Taxa DI (conforme abaixo definido).

3.5.3. Poderão ser adquiridos pela Emissora, exemplificativamente, os seguintes ativos: (i) quaisquer títulos ou contratos de responsabilidade ou coobrigação de instituição financeira, incluindo, mas não se limitando a depósitos interfinanceiros, (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, (iii) desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou dispensados de registro pela CVM, debêntures, cédulas de debêntures, cotas de fundos de investimento e notas promissórias, (iv) contratos derivativos; (v) operações compromissadas; e (vi) outros ativos financeiros que, de acordo com as condições de mercado ofereçam rentabilidade compatível com aquela pretendida pela Emissora.

3.5.4. A aplicação dos recursos captados por meio da Emissão, nos ativos acima indicados, será realizada de acordo com as condições de mercado verificadas pela Emissora na época da realização dos investimentos, sendo que o limite de concentração por ativo será de até 100% (cem por cento) em cada tipo de ativo.



2008 22 12 14

3.5.5. Não obstante a aplicação inicial dos recursos seja o investimento no mercado financeiro, a Emissora poderá, a qualquer momento após a emissão das Debêntures, utilizar os recursos captados como *funding* para suas operações de arrendamento mercantil.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. A presente Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“**Banco Liquidante**”).

3.7.2. O escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64. (“Escriturador Mandatário”).

3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer titular de Debêntures (“Debenturista”) goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 31 de janeiro de 2015 (“Data de Emissão”).

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 100,00 (cem reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice, sendo remunerado na forma prevista no item 4.8.1 abaixo.

A

al

7/



JUL 2014

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie e Garantia

4.4.1. As Debêntures são da espécie quirografária. Os Debenturistas não gozarão de preferência em relação aos demais credores quirografários da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido) calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua integralização, com a utilização de 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.6. Prazo de Vencimento

4.6.1. As Debêntures têm prazo de vigência de 20 (vinte) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de janeiro de 2035 ("Data de Vencimento").

4.7. Amortização Programada

4.7.1. Não haverá amortização programada do Valor Nominal Unitário das Debêntures. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada na Data de Vencimento.

4.8. Remuneração

4.8.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, incidente sobre o Valor Nominal Unitário *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios das Debêntures").



JUCESP
22 12 14

4.8.1.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos integralmente na Data de Vencimento, exceto nos casos de vencimento antecipado das Debêntures.

4.8.1.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde,

“J” corresponde ao valor unitário dos juros acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento.

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde,

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-over consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

“ TDI_k ” corresponde à Taxa DI-over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

“ DI_k ” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.8.1.3. Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

(i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_1)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

DUCESP

22 10 14

$(1 + TDI_1)$

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

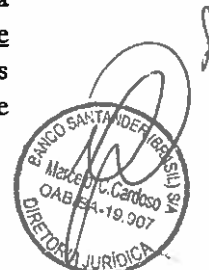
4.8.1.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_t , a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.8.2.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 15 (quinze) dias a contar (i) do fim do prazo de 10 (dez) dias da não divulgação da Taxa DI, ou (ii) da extinção ou da impossibilidade de aplicação da Taxa DI, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, as fórmulas estabelecidas no item 4.8.1 acima e para apuração de TDI_t , a última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devida quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.8.2.2. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.8.2.3. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.8.2.1 acima, caso aplicável, e definido o novo parâmetro a ser aplicado para remuneração das Debêntures, a Emissora se obriga a recomprar as Debêntures de titularidade dos Debenturistas dissidentes da deliberação da referida Assembleia Geral de Debenturistas mediante solicitação destes Debenturistas à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias após a data de realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas ("Solicitação de Recompra"), pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até o dia da efetiva recompra das Debêntures.



DUCE SP
22 10 14

4.8.2.4. Observado o disposto no item acima, a Emissora deverá recomprar, no prazo de até 10 (dez) dias após a data de Solicitação de Recompra, as Debêntures de titularidade dos Debenturistas que solicitaram tal resgate. A recompra de tais Debêntures pela Emissora deverá ser realizada (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP ou (ii) por meio do Escriturador Mandatário, no caso das Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.8.2.5. Para o resgate das Debêntures acima mencionado, as fórmulas estabelecidas no item 4.8.1 acima deverão ser utilizadas sendo que para apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

4.9. Repactuação Programada

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) observados os termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM.

4.10.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. Se e quando as Debêntures forem novamente recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das Debêntures em Circulação.

4.11. Vencimento Antecipado

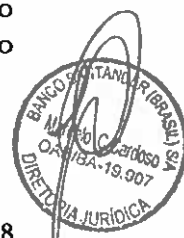
4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2 a 4.11.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) intervenção, dissolução, liquidação ou extinção da Emissora;
- (b) pedido de recuperação extrajudicial, recuperação judicial, pedido de aut falência, ou decretação de falência da Emissora;
- (c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 5 (cinco) Dias Úteis contados do aviso por escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

A

OL

JP



X

JUL 2014

- (d) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanado em 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de aviso escrito nesse sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (e) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas; ou
- (f) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.11.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tome ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para que estes deliberem acerca da declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será a data em que, após a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.2 acima e tal Assembleia Geral de Debenturistas aprove o vencimento antecipado das Debêntures. Caberá ao Agente Fiduciário comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data da referida Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.4. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures nas seguintes hipóteses: (a) se Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas não deliberem sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures; (b) se a Assembleia Geral de Debenturistas não for instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação; ou (c) se os Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação optarem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias contados da Data de Vencimento Antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.



JUL 14
22 12 14

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. Não haverá possibilidade de resgate antecipado, pela Emissora, das Debêntures, sem prejuízo da possibilidade de aquisição facultativa prevista no item 4.10 acima.

4.13. Amortização Extraordinária

4.13.1. Não haverá a possibilidade de amortização extraordinária das Debêntures.

4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional ("Dia Útil"), em todos os casos observado a legislação bancária aplicável.

A

Ol

77



JUCESP
22 12 14

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no jornal “Valor Econômico” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ou nos jornais à época utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.19. Colocação e Plano de Distribuição

4.19.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, Bloco A – Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 (“Coordenador Líder”), para distribuição por meio do sistema do MDA, administrado pela CETIP, mediante observância do Plano de Distribuição (conforme abaixo definido) descrito no item 4.19.2 abaixo.

4.19.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição (“Plano de Distribuição”):

4.19.2.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, no montante total de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

4.19.2.2. O plano de distribuição a ser elaborado pelo Coordenador Líder nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, levará em consideração sua relação com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégia do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, ao elaborar o plano de distribuição, deverá, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores.

4.19.3. A colocação das Debêntures junto ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta (“Prospecto”) ao público investidor.



JUCESP
22 12 14

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do respectivo prazo para apresentação à CVM ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais revisadas, relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
 - (ii) dentro de 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação nesse sentido, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do envio dessas informações à CVM;
 - (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
 - (v) cópia dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
 - (vi) desde que seja do conhecimento da administração da Emissora, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta



JUCESP
22 12 14

Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (g) abaixo; e

- (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão, deva fazer, mas não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.11.1 acima;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e a CETIP;
- (l) efetuar o pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da notificação da realização da despesa, de todas as despesas razoáveis e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e

A

OL

JP



K

JUCESP
22 12 14

interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (o) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.

5.2. As despesas a que se refere à alínea (l) do item 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (c) despesas com contatos telefônicos e *conference calls*;
- (d) despesas de viagem, alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma da alínea (l) do item 5.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



JUL 27
22 10 14

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.2.3. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas no item 5.2 acima reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



DUCESP
22 12 14

- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou, na Data de Emissão, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, baseando-se nas informações prestadas pela Emissora, não tendo conduzido nenhum procedimento de verificação independente; e
- (j) na data de celebração desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na (i) primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., sociedade incorporada pela Emissora, com vencimento em 1º de junho de 2020, na qual foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, totalizando o montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na sua respectiva data de emissão, as referidas debêntures não possuíam garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (ii) quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., sociedade incorporada pela Emissora, com vencimento em 1º de março de 2036, na qual foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, totalizando o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na sua respectiva data de emissão, as referidas debêntures não possuíam garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (iii) sexta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., sociedade incorporada pela Emissora, com vencimento em 1º de agosto de 2036, na qual foram emitidas 410.000 (quatrocentas e dez mil) debêntures, totalizando o montante de R\$ 4.100.000.000,00 (quatro bilhões e cem milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na sua respectiva data de emissão, as referidas debêntures não possuíam garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o pagamento integral das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures ou até sua efetiva substituição.



00000000
22 12 14

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração (“Remuneração do Agente Fiduciário”): parcelas anuais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a prestação de serviços de Agente Fiduciário, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até o pagamento integral das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

6.4.1. As parcelas citadas no item 6.4 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração proposta.

6.4.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, o qual será atualizado pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.3. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo IGP-M, ou na falta deste, ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

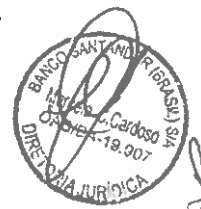
6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e

DUCESP
20 10 14

irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias prestadas pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais, distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, às expensas da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamentos de juros de debêntures da Emissora realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas



K

DUCESP
20 10 14

de debêntures efetuadas pela Emissora;

- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta, de acordo com a declaração prestada pela Emissora, conforme previsto na alínea "I" do item 5.1 acima;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (a) denominação da companhia ofertante;
 - (b) valor da emissão;
 - (c) quantidade de debêntures emitidas;
 - (d) espécie;
 - (e) prazo de vencimento das debêntures;
 - (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (m) divulgar as informações referidas no subitem "ix" da alínea "I" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (n) colocar o relatório de que trata a alínea "I" acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;



- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível, individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (s) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



0065P
22 12 14

- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea “d” acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de referidos documentos, cuja obrigação de elaboração permanecerá sendo da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.8. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

6.9. Os atos ou manifestações do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim.

6.10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

BANCO SANTANDER BRASIL S/A
 Celso P. Cardoso
 DAB/BA-10.907
 DIRETORIA JURÍDICA

JUCESP
22 12 14

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP.

6.11.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.17 acima.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no



00 SEP
22 12 14

- (f) exceto conforme informado no Formulário de Referência, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações legalmente exigidas para evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências razoavelmente exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e as Informações Trimestrais relativas ao 3º (terceiro) trimestre de 2014 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (h) o Prospecto e o Formulário de Referência, em conjunto, contêm e conterão, na data de publicação do anúncio de início da Oferta, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Oferta e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações relativas à Emissora contidas no Prospecto e no Formulário de Referência são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em suas respectivas datas;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental relevante que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas atividades ou condição financeira, ou que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



✓

DUCESP
22 10 14

- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Alameda Araguaia, nº 731, Pavimento Superior, Parte A, Alphaville

CEP 06455-000, Barueri – SP

At.: Sr. Conrado Engel

Tel.: (11) 3553-5661

Fax: (11) 3553-5673

E-mail: c.engel@santander.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303/304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 03 (três) Dias Úteis após o envio da

A

SA

EP



K

000000
22 12 14

mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 27 de novembro de 2014.

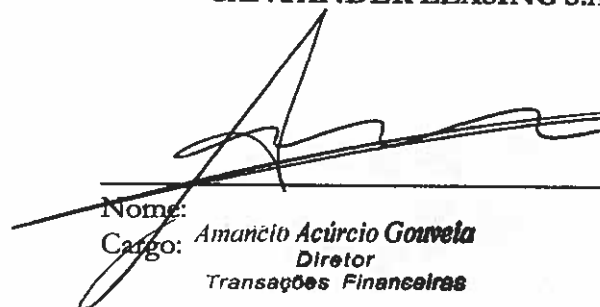
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI DEIXADO INTENCIONALMENTE EM
BRANCO]

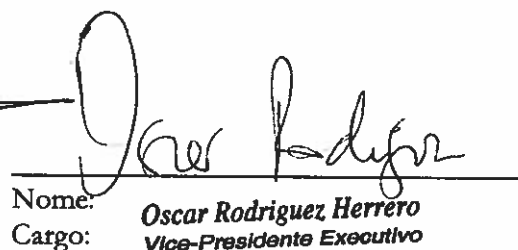


JUCESP
22 12 14

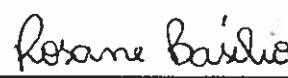
Página de Assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL


Nome: **Amâncio Acúrcio Gouveia**
Cargo: **Diretor**
Transações Financeiras

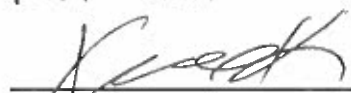

Nome: **Oscar Rodriguez Herrero**
Cargo: **Vice-Presidente Executivo**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **Rosane da Silva Basilio**
Cargo: **Procuradora**
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

Testemunhas:

TESTEMUNHA 1:


Nome: **KAUÊ KZAN TEIXEIRA**
CPF: **415.252.438-37**

TESTEMUNHA 2:


Nome: **EUGÊNIO ZACCARO PAGOTTO**
CPF: **217.232.648-01**

